

jeitaram as críticas numa nota intitulada "Repúdio e Desagravo". Se a intenção do Departamento de Filosofia não era a de deliberadamente censurar o texto de Reale por razões ideológicas, as primeiras explicações do professor Raul Ferreira Landim, chefe do departamento, não foram convincentes. Na carta que enviou à professora Ana Maria Moog Rodrigues em resposta a seu pedido de demissão, Landim justificou a exclusão do texto "face ao caráter controvertido das atividades políticas do professor Reale". Assim, o "ato de censura arbitrário", denunciado pela professora em sua carta, não ficou explicado.

"CENSURA" — A versão da professora Moog Rodrigues é diferente. Ela vê na decisão de Landim, além da censura, a intenção de restringir a área de pensamento brasileiro. "Parece que, para a direção do departamento, brasileiro não pensa", diz. Autor do texto cuja proscrição desencadeou a crise na PUC carioca, o professor Miguel Reale expressou a VEJA, na última sexta-feira, sua opinião sobre o episódio. "Ao tentar justificar a eliminação de meu escrito pelo que classifica como caráter polêmico e controvertido de minhas atividades políticas, o professor Landim oferece a prova de que foi o motivo ideológico e político que privou um docente do exercício da liberdade acadêmica", diz o professor Reale, antigo reitor da Universidade de São Paulo. Talvez por isso mesmo, na PUC carioca, o tiroteio possa durar mais algumas semanas. ●



Reale: "O motivo foi ideológico"



Cardoso: problemas na garganta?



Cecílio Cunha: ordens do chefe

SEQÜESTRO

Faltaram dois nomes

Quem o DOPS gaúcho omitiu do rol de possíveis implicados no seqüestro dos uruguaaios

Cerca de 200 policiais, lotados ou a serviço do DOPS gaúcho, deveriam ter desfilado no início deste mês diante dos repórteres de VEJA para o auto de reconhecimento de possíveis implicados no seqüestro dos uruguaaios Lilian Celiberti, seus dois filhos e Universindo Diaz. VEJA, porém, descobriu que pelo menos dois policiais do DOPS não seriam apresentados para o reconhecimento, afinal não concretizado pela negativa das autoridades de identificarem devidamente os funcionários do departamento às duas testemunhas: os inspetores José Cecílio da Cunha, número de matrícula 198 164, e Arvandil Ferreira da Silva Cardoso, número 198 094, ambos contratados pela Secretaria de Segurança Pública, lotados no DOPS e à disposição da Escola de Polícia. Seus números não constavam da lista oficial de servidores do DOPS, fornecida às testemunhas na véspera da frustrada tentativa de reconhecimento.

A informação sobre a identidade e o endereço dos dois policiais só pôde ser completada no fim da tarde de quinta-feira, dia 15, e confirmada pessoalmente pelos repórteres de VEJA no dia se-

guinte. Arvandil Cardoso vive numa casa antiga da rua Paissandu, a pouco mais de meia quadra do Partenon Tênis Clube, onde chegou a ocupar o cargo de diretor de relações públicas.

Na casa, sempre silenciosa, ele vive na companhia de três velhas senhoras. Foi uma delas que atendeu a Luiz Cláudio Cunha, chefe da sucursal de VEJA em Porto Alegre e testemunha do seqüestro. Segundos depois, surgiu um rapaz de mais ou menos 25 anos, cabelo castanho claro e barba farta. "É, eu trabalho lá no DOPS, sou inspetor", reconheceu Arvandil, fumando um cigarro com os gestos rápidos de quem está nervoso. "Mas não sei de nada, cara. Estou parado, por motivo de doença." E, esquecido do cigarro que fumava e lembrando-se subitamente de fungar: "Estou com sinusite, problema de garganta. Estou fora, não sei de nada". Mas, parado há uma, duas semanas? "É, estou parado há tempos, cara. Mas como é que vocês chegaram em mim?" Insistiu-se mais uma vez nas investigações de quatro meses, que inclui entrevistas com vários companheiros de trabalho de Arvandil, e ele desistiu: "Tá

legal, fica na tua que eu fico na minha. Mas eu não posso falar nada, são ordens superiores". E antes de fechar a porta, ainda permitiu-se uma recordação: acabou reconhecendo o fotógrafo Ricardo Chaves, ao lado de Cunha. "Tu não estudou no Colégio Parobé? Eu toquei contigo na Banda do Adão, cara", disse ele ao surpreso Chaves.

CONSTRANGIMENTO — O segundo inspetor do DOPS que desapareceu das listas de funcionários da repartição, José Cecílio da Cunha, foi localizado em sua casa por VEJA na sexta-feira, 16. Ele é um negro alto, forte, de cabelos curtos e ondulados, vasto bigode caindo sobre a boca, idade em torno de 35 anos. "Sou eu mesmo", respondeu secamente, quando VEJA lhe perguntou se alguém ali conhecia José Cecílio da Cunha. Como Arvandil, Cecílio mostrava-se perplexo. "Eu estou lotado no DOPS, é verdade." Ele seria comissário? "Não, sou inspetor." Há quanto tempo? "Ah, não vou falar. Se vocês têm alguém para dar o meu nome e endereço, então essa pessoa pode contar o resto. Eu não falo, tenho ordens do chefe para não falar." E se o chefe desse ordem, ele falaria? "Bom, isso é com o chefe." E quem seria o chefe? O secretário? "Ah, não vai me dizer que não sabe. Te vira, meu."

Posto diante da questão mais direta — por que não estava trabalhando? —, Cecílio deu a mesma resposta: "Estou de licença médica". Talvez desconfiado de que a versão não fosse muito consistente, procurou reforçar seus argumentos: "E a minha mãe também está doente". Uma ou outra tentativa, no entanto, não justifica que Cecílio esteja ausente das listas oficiais cedidas pela polícia aos dois jornalistas testemunhas do seqüestro, sem nem mesmo a ressalva da licença médica. A presença de Arvandil e Cecílio no corpo de funcionários do DOPS foi ainda confirmada a VEJA na quinta-feira passada por outro policial do departamento, o inspetor Luiz Nunes Silveira, o "Chucha", número de matrícula 185 944 e incluído na lista, companheiro de trabalho de Janito e Arvandil na movimentação carnavalesca do Bloco Alegriíssimo, do Partenon Tênis Clube, que todos os três freqüentam.

Além de Arvandil e Cecílio, surgiu na semana passada um terceiro nome que até então não havia sido mencionado no caso do seqüestro: Faustina Elenira Severino, escritora de primeira classe, número de matrícula 123 964, cujo nome está na lista do DOPS fornecida às testemunhas e consta também da fo-

lha 150 da sindicância administrativa realizada pelo DOPS e finalmente liberada aos advogados na semana passada.

NERVOSISMO — Entre os dias 17 de novembro, quando o seqüestro foi inadvertidamente descoberto por dois repórteres de VEJA, e 25 de novembro, quando saiu afinal o comunicado das forças conjuntas do Uruguai reconhecendo a prisão dos uruguaios no país, houve um período de silêncio e incerteza sobre a sorte do casal e das duas crianças. Neste período crítico, o advogado Omar Ferri recebeu quatro telefonemas de uma mesma mulher, que se preocupou em tranquilizá-lo: "As crianças estão bem". "Elas já estão no Uruguai." "Elas já foram devolvidas

Castro, 517, a menos de uma quadra da Secretaria de Segurança, Lenira recebeu os repórteres tensa. Quando foi informada de que os repórteres estavam ali porque havia a suspeita de que ela custodiara Camilo e sua irmã Francesca durante algum tempo, no DOPS, não conseguiu disfarçar o nervosismo: "Meu Deus, quem foi que disse isso? Com essa, agora, eu estou até tremendo".

APREENSÕES — Explicou, de início, que ficou sabendo do seqüestro pelos jornais. Perguntada se, colocada frente a frente com Camilo, ele não a reconheceria, Lenira desabafou: "Ah, seria a maneira de se esclarecer definitivamente este assunto". E se VEJA a fotografasse para que Camilo fizesse ou não o



RICARDO CHAVES

Faustina Severino: admitindo a fórmula de esclarecimento final

aos avós." Num destes contatos, a informante anônima tratou de esclarecer que fazia isso "porque devo alguma coisa ao senhor". Ferri fora no passado o defensor do irmão de Lenira.

Além disso, ouvido pelo repórter Pedro Maciel, de VEJA, em Montevideu, no dia 3 de janeiro passado, uma quarta-feira, o menino Camilo Casariego, filho de Lilian, incluía um dado importante na descrição de sua atribulada saída de Porto Alegre. Camilo contou que ficara sob a guarda de duas pessoas: "*Una mujer alta y rubia y otra oscura, de pelo redondo*". Lenira, de fato, é uma mulher negra, com os cabelos formando uma moldura arredondada. Localizada por VEJA na quarta-feira passada, no endereço extraído de seu depoimento da sindicância, o apartamento 113 da rua Professor Freitas de

reconhecimento? "Ah, não, não posso ser fotografada, teria que pedir antes autorização para o meu diretor."

As investigações de VEJA, em torno destes novos nomes de policiais no seqüestro, parecem ter produzido um clima de apreensão na polícia. A partir desta semana, contudo, o caso do seqüestro deve finalmente mover-se na área da Justiça.

Na quinta-feira passada, o Tribunal de Alçada decidiu que a competência do processo contra os policiais Orandir Portassi Lucas, o "Didi Pedalada", e Pedro Seelig, denunciados por abuso de autoridade, é mesmo da Justiça estadual, que deverá convocá-los para o primeiro depoimento como réus já nesta semana. E, finalmente, na sexta-feira, instalava-se na Assembléia Legislativa a CPI do seqüestro. ●